

Processos do INSS: o que acontece se houver a suspensão da revisão da vida toda?

INSS pediu mais de uma vez a suspensão dos processos de aposentadoria.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entrou com um recurso solicitando mais uma vez a suspensão dos processos de revisão da vida toda da aposentadoria.

O pedido foi feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que representa o INSS no processo, no início do mês de maio.

Vale lembrar que qualquer mudança, porém, depende da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O que o INSS pede no recurso?

O INSS quer diminuir os impactos da revisão da vida toda aprovada pelo STF.

O órgão pede a suspensão dos processos até o trânsito em julgado da ação sobre o tema. Assim, para que não haja espaço para recursos, e que, caso a revisão continue, que só precise pagar apenas o valor da aposentadoria revisado e não os atrasados.

O INSS alega no recurso que o sistema tecnológico não está adaptado para fazer os cálculos de revisão da vida toda.

Quando um aposentado ganha a revisão da vida toda da aposentadoria, o INSS é obrigado a pagar dois valores.

O primeiro é a atualização do valor da aposentadoria, ou seja, o valor mensal revisado. O segundo é arcar com o valor que o aposentado deixou de ganhar nos últimos cinco anos.

Um ponto a ser destacado é que alguns atrasados se tornam precatórios, já que os valores são altos.

O INSS reforçou o pedido de que somente quem começou a receber a aposentadoria nos últimos dez anos tenha direito de entrar com a ação pedindo a revisão. Esta regra, no entanto, já vale de acordo com a decisão do STF.

Ainda não há data para que o STF avalie o recurso do INSS.

Em nota, a AGU diz que apresentou o recurso (embargos de declaração) com o "objetivo de esclarecer alguns pontos sobre a tese definida pela Corte" durante o julgamento da revisão da vida toda. O órgão diz que o pedido serve para "que seja conferida mais segurança jurídica aos pagamentos".

Nada muda até que o STF tome uma decisão a respeito dos pedidos do INSS.

Apenas o recurso do governo não tem o poder de fazer com que o processo seja suspenso.

Por enquanto, é preciso esperar que o STF julgue os pedidos da AGU, lembrando que não há prazo para que o Supremo avalie o recurso.

De acordo com advogados ouvidos pelo UOL, é difícil uma reviravolta.

"Os aposentados têm que manter a calma. O INSS pode pedir o que quiser, que é bem diferente do STF acatar o pedido. Mantenham-se calmos e confiantes. Tem muita gente ficando desesperado, os aposentados estão começando a ficar descrentes, mas o Supremo é muito consolidado em suas decisões, ele preza por ela e por segurança jurídica", afirma o advogado sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, João Badar.

Não é a primeira vez que o INSS pede a suspensão.

"Agora, a maior afronta que o INSS traz é que o Supremo module os efeitos da decisão, ou seja, que não pague os atrasados", diz Badari.

Para a coordenadora do IBDP, Joseane Zanardi, o entrave não é tecnológico e sim de falta de vontade de resolver o problema.

"Nós advogados já temos sistema para fazer a revisão. Eu acho que deve haver uma certa complexidade, porque o banco de dados do governo é muito grande, mas acho que é um misto. Um pouco de verdade, mas é um certo exagero", afirma.

Com informações do UOL Economia

<https://www.contabeis.com.br/noticias/57138/revisao-da-vida-toda-como- ficam-os-processos-se-houver-suspensao/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Contábeis